

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

MERCADO DE TRABALHO E PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE DOS TRABALHADORES COM RECORTE DE COR/ GÊNERO

Beatriz Cabral Leal da Cunha¹
Ana Monteiro Costa²
Maria Fernanda Freire Gatto Padilha³

Resumo: A pesquisa tinha por objetivo verificar os impactos sobre a vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores brasileiros, considerando os recortes de raça e gênero, no cenário de choque da pandemia de COVID-19. O conceito de vulnerabilidade tem uma dimensão temporal, por isso era importante considerar o contexto pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico. Para tanto, foi utilizado como método de análise a estatística descritiva. Verificou-se, portanto, que a pandemia acentuou desigualdades históricas, agravando a situação das trabalhadoras, em especial as trabalhadoras negras, grupo mais afetado negativamente, segundo todos os dados analisados.

Palavras-Chave: Mercado de Trabalho; Interseccionalidade; Vulnerabilidade Socioeconômica.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, foi descoberto o vírus SARS-CoV-2⁴, que trouxe consequências ao aprofundar desigualdades nos diversos países. No caso brasileiro, com a economia ainda sofrendo com incertezas devido às consequências da recessão econômica iniciada em 2015, decorrente em boa medida da instabilidade política e da intensificação de medidas econômicas neoliberais, essa retração exerceu impacto direto no mercado de trabalho no curto prazo, com efeitos também a médio e a longo prazos. Apesar de atingir os trabalhadores de modo geral, considerando as desigualdades segundo os recortes de raça e gênero, faz-se necessário melhor entender as consequências desse choque.

¹ Graduada em Economia pela UFPE. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5585-8408>. E-mail: beatrizlealc@gmail.com.

² Doutorado PPGE/UFRGS. Professora Decon/UFPE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4495-8224>. E-mail: monteiro.costa@ufpe.br

³ Doutorado Pimes/UFPE. Professora Decon/UFPE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8283-0304>. E-mail: maria.padil@ufpe.br

⁴ A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, em 31 de dezembro de 2019. Em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Em 11 de março de 2020, a OMS caracterizou a Covid-19 como pandemia. (OMS, 2022). Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Aqui se propõe a reflexão sobre a situação de vulnerabilidade econômica e social diante da dinâmica do mercado de trabalho, antes, durante e depois⁵ da pandemia, considerando os recortes de raça e gênero. Justifica-se a pesquisa uma vez que examinar as principais mudanças socioeconômicas para estes estratos sociais se torna imprescindível para a compreensão da natureza das fontes das desigualdades no mercado de trabalho em cenários de choque.

METODOLOGIA

Para vincular as questões racial e de gênero ao mercado de trabalho do Brasil nos contextos pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico, foi utilizado como procedimento de análise a estatística descritiva, com a base de dados formada a partir da PNADC. A estatística descritiva, segundo Guedes *et al* (2005), busca sintetizar dados de uma mesma natureza, através de tabelas, gráficos e medidas descritivas, com vistas a proporcionar uma visão global da variação desses valores. Quando a análise não é realizada de modo direto, tem-se por critério a incorporação de análises secundárias que utilizam a mesma base de dados. Os dados foram definidos com vistas a identificar indicadores socioeconômicos referentes ao mercado de trabalho, como a taxa de desocupação dos trabalhadores e seus rendimentos habituais. Utilizando uma série histórica, entre os anos de 2003 a 2019, através de um recorte de gênero e raça, foi observado o cenário da economia e do mercado brasileiros antes do período da pandemia.

Além disso, foram elencados dados sociais específicos da pandemia, como óbitos, adoecimento, horas de trabalho reprodutivo e violência doméstica. A partir desse levantamento,

⁵ Como corte temporal para o antes da pandemia, são analisados dados a partir de 2003. Esse corte se justifica porque o governo do Partido dos Trabalhadores buscou promover políticas e medidas que fomentassem o emprego e a renda do trabalho. Em 2015 iniciou-se uma crise política que provocou uma crise econômica; a presidenta eleita foi deposta e assumiu o vice-presidente que promoveu as políticas neoliberais com a Ponte para o Futuro. Em 2018 ocorreu a eleição do candidato de extrema-direita que intensificou as medidas neoliberais. O período pandêmico se estabeleceu entre 2020, quando ocorreu, em 11 de março, a declaração por parte da Organização Mundial da Saúde – OMS - da pandemia de COVID-19, e 2023, quando, em 05 de maio, a OMS declarou o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. O período pós-pandemia se estabeleceu de maio de 2023 a junho de 2024, trazendo os dados mais recentes da PNAD Contínua.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

foi possível visualizar a forma como a sociedade se moldou frente um panorama adverso e quais camadas sociais seriam mais afetadas pela disseminação da COVID-19 a partir do ano de 2020. Também, considerou-se importante verificar, ainda que o distanciamento temporal seja reduzido, a capacidade de recuperação de postos de trabalho do contingente socioeconômico mais vulnerável.

CARACTERÍSTICAS DA MÃO-DE-OBRA SEGMENTADA POR RAÇA E GÊNERO E O DEBATE SOBRE O CONCEITO DE VULNERABILIDADE

A inserção da mulher branca como força ativa no mercado de trabalho se deu principalmente no contexto da Revolução Industrial, com o aumento da demanda por mão-de-obra barata que transformou o ambiente familiar que tinha como base o trabalho doméstico feminino, no qual a mulher exercia uma posição de subalternidade⁶. As condições de trabalho eram precárias, com jornadas extensas, além de remuneração mínima, o que gerou uma série de reivindicações que posteriormente estabeleceu limites para o quantitativo de horas trabalhadas. Ao longo deste período e na perspectiva pós-guerra houve, então, a substituição da mão-de-obra em cargos anteriormente considerados masculinos, porém a diferenciação dos níveis de ocupação dos cargos e a discrepância salarial devido ao papel estrutural que o homem exercia na sociedade, aliadas à falta de perspectivas de ascensão profissional e social, trouxe a necessidade de reconhecimento das disparidades de gênero na esfera do trabalho.

Para Federici (2017, p. 31), “o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe”. A constância do modelo patriarcal acabou por condicionar a participação da mulher como força de trabalho produtivo e reprodutivo. Para Bruschini (1998), a colocação das mulheres no mercado de

⁶Aqui se quer pontuar a diferença racial entre as mulheres. As mulheres negras sempre foram empregadas na geração de riqueza dentro do capitalismo, mas se manteve o recorte pela abordagem do mercado de trabalho. Além disso, sobre o uso das mulheres para a geração de capital, sabe-se que os corpos femininos servem à reprodução do capital também com o trabalho reprodutivo e trazer reconhecimento social para esse trabalho é uma luta da economia feminista. Sobre isso, recomenda-se a leitura de Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária, de Lise Vogel. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2022, 455 p.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

trabalho depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal, a presença de filhos, a idade e a escolaridade da trabalhadora.

Já a origem do pensamento sobre a questão racial no Brasil se deu por volta da década de 1930, por um grupo denominado de “os intérpretes do Brasil”⁷. Foi através de um olhar otimista sobre o processo de miscigenação que Gilberto Freyre (2019) interpretou o encontro de raças e culturas como uma resposta ao racismo que imperava até então; o mito da democracia racial ganhou força, evidenciando uma lúdica realidade feita pela “ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, pela existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos” (Hasenbalg, 1979, p. 242).

A partir de uma segunda onda de análises sobre a racialização no Brasil, que teve a figura de Florestan Fernandes (2008) como um dos principais pensadores, foi possível analisar uma tese oposta à de Freyre, ao evidenciar a violência exacerbada praticada pelo regime de produção escravista sobre as pessoas negras. Conforme o autor, “os africanos, transplantados como escravos para a América, viram a sua vida e o seu destino associar-se a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem, em que não contavam senão como e enquanto instrumento de trabalho e capital” (Fernandes, 1953, p. 440).

Hasenbalg (2006, p. 264) afirma que “a desigualdade de renda entre os grupos de cor reflete padrões diferenciados de inserção no mercado de trabalho e práticas discriminatórias nesse mercado, mas são também devidas às desvantagens acumuladas nas etapas formativas, anteriores ao ingresso no mercado de trabalho”. Portanto, a construção de um sistema que perpetua o processo escravista brasileiro deixaria como herança a institucionalização do racismo. As análises encontram, assim, um estreitamento entre raça e desigualdade como o resultado de um processo histórico que continua arraigado na sociedade, ocasionando maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social para a população negra.

⁷ “Trata-se de interpretações gerais clássicas da formação da sociedade brasileira formuladas entre 1914 e 1975. Esses autores indagam sobre a própria “natureza” da sociedade que se veio formando no Brasil desde colônia”. (Martins, 2017, p. 309).

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

A discussão sobre a vulnerabilidade surge, segundo Shaffer (2001), no contexto das avaliações de pobreza, em virtude do acompanhamento do desempenho das famílias ao longo do tempo. Chambers (1989), que contribuiu de modo fundamental para a construção do conceito de vulnerabilidade, o diferenciou do conceito de pobreza; quando estes são usados como sinônimos, não possibilitam a discriminação de certos grupos, portanto, os programas de combate à pobreza deveriam considerar o grau de vulnerabilidade no qual as pessoas se encontram. Para Costa (2006; *et al*, 2018), se a vulnerabilidade for “atacada” antes do choque, pode fazer muita diferença na vida das pessoas que se encontram nessa situação; no entanto, se essa dimensão temporal for desconsiderada, a qualidade de vida das pessoas poderá ser muito fragilizada, na eventualidade de um choque. A partir das considerações teóricas, foi possível, então, analisar o mercado de trabalho brasileiro, considerando as diferenciações de raça e gênero e procurando identificar as vulnerabilidades socioeconômicas dos trabalhadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os anos entre 2004 e 2014 ficaram marcados como um momento de forte recuperação da atividade econômica brasileira, período em que a taxa média de crescimento anual do produto interno bruto (PIB) praticamente dobrou em relação à década anterior, além de relativo controle da inflação. Com a expansão da criação de postos de trabalho, a taxa média de desocupação atingiu 6,8% ao fim de 2014, menor índice desde 2002, de acordo com o IBGE (2015). Apesar do panorama otimista trazido por esse período, o cenário econômico brasileiro experimentou uma expressiva crise no ano de 2015, causada por uma sucessão de choques que levou à degradação da dinâmica econômica. Segundo Mattei (2018, p. 113), a crise econômica de 2015 gerou efeitos diretos sobre o mercado de trabalho brasileiro, desfazendo a conjuntura favorável que predominou no período de 2003 a 2014 e reduzindo consideravelmente as ocupações formais.

A ocorrência de cenários adversos, apesar de afetar a sociedade como um todo, acaba por atingir de forma mais efetiva a fração da população socioeconomicamente mais vulnerável.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

A expansão econômica verificada entre 2004 e 2014 proporcionou o aumento tanto da oferta quanto da demanda de trabalho, gerando uma melhoria na distribuição de renda da população, visto que houve aumento da ocupação, especialmente a formal, e aumento dos rendimentos do trabalho (Cotrim *et al.*, 2020). Esse cenário favoreceu a diminuição das disparidades sociais ao proporcionar maiores oportunidades e melhores condições de trabalho.

Quanto ao acesso à educação, segundo Fontoura *et al.* (2015), entre 1995 e 2015, a população adulta negra com 12 anos ou mais de estudo passou de 3,3% para 12%. Entretanto, o patamar alcançado em 2015 pelas pessoas pretas era o mesmo que os brancos tinham há 20 anos. Já a população branca, no mesmo espaço de tempo, praticamente dobrou, variando de 12,5% para 25,9%, mantendo a desigualdade nos anos de estudo considerando o recorte de raça e cor. As diferenças encontradas no campo educacional revelam que o fator raça é preponderante para as desvantagens educacionais e, através da média de anos de estudo, é possível identificar que mulheres brancas têm maior acesso à educação, seguida pelos homens brancos. Já entre a população preta, os homens pretos ou pardos possuem a menor média entre os estratos. Além do nível de instrução da população em idade apta ao trabalho, a pandemia pode ter interferido também no futuro do mercado, visto que os trabalhadores em potencial, crianças e adolescentes, também foram atingidos de forma negativa e desigual pelas restrições causadas pela crise.

A persistência da desigualdade se mostra mais clara quando dois momentos opostos em relação ao mercado de trabalho são comparados: segundo a PNAD Contínua (2019) durante o segundo trimestre de 2014, o mercado de trabalho experimentou sua melhor fase em anos, com os homens brancos possuindo uma taxa de desocupação de 4,7% e as mulheres pretas ou pardas apresentando uma taxa de 10%; após a recessão, o país alcançou o maior percentual de desemprego no primeiro trimestre do ano de 2017, com a taxa dos homens brancos chegando a 9,3% já as mulheres pretas ou pardas atingiram um índice de 18%. A explicação para essa diferença está na diferenciação das condições e das oportunidades de trabalho entre esses dois grupos, dado que boa parte da inserção das mulheres pretas ou pardas no mercado de trabalho

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

se dá através do trabalho informal. Outro ponto importante a ser destacado é que, a partir do período de recessão, o desemprego para o homem preto ou pardo se tornou mais desfavorável do que para a mulher branca, demonstrando que o fator cor ou raça se revelou mais sensível em um cenário de crise.

A partir dos argumentos expostos, fica evidente que as diferentes formas de inserção no mercado de trabalho refletem não só a disparidade nas oportunidades, mas também a reprodução da pobreza quando “são responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e terem acesso a um trabalho decente” (Abramo, 2004, p. 40). Como consequência, esses trabalhadores são os que têm menos condições de formar poupanças, algo tão importante em um momento de crise. Segundo o IBGE (2019), no ano de 2018, os rendimentos inferiores às linhas de pobreza eram compostos, proporcionalmente, por mais que o dobro da população preta ou parda em relação à branca. O percentual de pobreza era de 15,4% para brancos e 32,9% para pretos ou pardos na linha de US \$5,50 diários. Já considerando a linha de extrema pobreza, 3,6% das pessoas brancas tinham rendimentos inferiores a US \$1,90 diários e 8,8% da população preta ou parda estava abaixo desta linha.

Afora a análise da esfera produtiva, faz-se necessário ponderar como se organiza a dinâmica ocupacional na esfera reprodutiva. Em 2019, na conjuntura pré pandemia, a PNAD registrou que a mulher não ocupada dedicou, em média, 24 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, enquanto o homem não ocupado dedicou a metade (12,1 horas); já entre os trabalhadores ocupados, as mulheres dedicaram em média 8,1 horas a mais às atividades de afazeres e/ou cuidados que os homens ocupados. O aumento do tempo dedicado ao trabalho reprodutivo entre as mulheres, tanto as que desempenham trabalho produtivo ou as consideradas desocupadas, além de limitar a possibilidade de auferir renda pelo trabalho em comparação com os homens, ainda pode comprometer as gerações futuras, podendo afetar a evasão escolar das crianças e adolescentes dependentes e contribuir para a permanência da discriminação intergeracional.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Logo, a introdução do cenário de crise sanitária se deu com a economia brasileira ainda em meio à recessão estabelecida em 2015. A primeira implicação das novas medidas de contenção da disseminação da doença se deu a partir das necessárias regras de restrição à interação social, que ocasionaram efeitos drásticos na economia no curto prazo. De acordo com o IBGE (2022), o PIB brasileiro fechou o ano de 2020 com uma variação negativa de 3,3% em relação a 2019, e, a exemplo dos anos anteriores, um impacto negativo na economia exerce consequências diretas no mercado de trabalho.

Conforme o relatório da PNAD Contínua (2021), as mulheres, mesmo representado a maior parte da população em idade apta ao trabalho, tinham a taxa de ocupação, que mede o percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar, de 41,2% em 2020 e 41,9% em 2021. Para os homens, as taxas foram de 61,4% e 63,1%, respectivamente. Ainda, com exceção das mulheres com nível superior, as demais trabalhadoras receberam salários inferiores à média nacional. Mesmo entre as com maior escolaridade, há uma diferença para menor em relação aos salários pagos aos trabalhadores homens.

Independentemente da cor/raça, as mulheres dedicam o dobro do número de horas semanais com trabalho reprodutivo e de cuidado do que os homens durante a pandemia. Com os filhos em casa, e a dedicação ao cuidado de outros familiares, como idosos, as mulheres passaram a ocupar uma maior parcela de tempo com grandes demandas por cuidados não remunerados, contribuindo para o aumento das disparidades de gênero na participação da força de trabalho, além do aumento da incidência de crimes domésticos como feminicídio e outras formas de violência de gênero. Segundo o Fórum de Segurança Pública, durante o ano de 2020, 1.354 casos de feminicídio foram registrados no Brasil. Desse total, 61,8% das vítimas eram mulheres pretas, 36,5% brancas, 0,9% amarelas e 0,9% indígenas. Já em 2021, dos 1.341 casos confirmados, 62% das vítimas eram mulheres pretas, 37,5% mulheres brancas, 0,3% amarelas e 0,2% indígenas. Ainda, números que comprovam a fragilidade das mulheres em situação de violência doméstica são alarmantes. O Relatório “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (2021) informa que, durante o ano de 2020, 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%)

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência ou agressão, o que corresponde a cerca de 17 milhões de mulheres que sofreram violência física, psicológica ou sexual.

Outro dado alarmante, segundo a PNAD (2020): cerca de 28 milhões de pessoas encontrava-se em situação de desalento, e desse conjunto, 65,3% correspondiam a indivíduos negros. Ao ocuparem postos de trabalho mais precários e com menor remuneração, os trabalhadores negros são propensos a uma maior exposição diante da falta da poupança e seguranças sociais que resguardassem suas vidas. Foi no terceiro trimestre de 2020 que a pandemia gerou a maior taxa de desocupação, com índices equivalentes a 10,45% para homens brancos, 14,89% para homens pretos, 14,03% para mulheres brancas e 20,73% para mulheres pretas. Já a segunda onda de disseminação da doença, que culminou em um aumento substancial nos números de casos, ocorreu no primeiro trimestre de 2021, ocasionando taxas de desocupação de 10,09% para homens brancos, 13,85% para homens pretos, 14,51% para mulheres brancas e 22,13% para mulheres pretas. De acordo com a PNAD Contínua (2020), houve uma redução de 5,1 milhões de trabalhadores informais entre os anos de 2019 e 2020. A taxa de informalidade passou, então, de 41,1% em 2019 para 38,7% em 2020. Com relação às trabalhadoras domésticas para o mesmo período, a crise resultou na demissão de 1,2 milhões de mulheres sem carteira assinada, se transformando no segundo setor mais atingido do país.

Os obstáculos enfrentados na implementação das políticas de transferência de renda, como foi o caso do Auxílio Emergencial, também podem ter contribuído para que esses estratos da população fossem os mais expostos e estivessem entre os que mais adoeceram e faleceram em decorrência da Covid-19. O comportamento problemático do governo gerou demora e falta de transparência pública sobre as aprovações dos beneficiários, retardo no calendário de pagamentos e falha na democratização do acesso ao assumir que todas as famílias teriam acesso à internet, visto que os cadastros eram feitos apenas por meio digital. Sobre a insegurança, o auxílio foi cortado ainda em meio à pandemia, em 2021.

Ainda, essa discriminação histórica pode ter impacto sobre as condições de alimentação e chefias de lares prévias, o que também pode ter contribuído para que essa fosse a população

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

mais atingida. Segundo pesquisas realizadas pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2022), os ganhos obtidos pelo período de 2003 a 2014 no que tange a garantia à alimentação adequada foram praticamente anulados devido às últimas crises. Entre o período de 2013 a 2018, que compreende a recessão ocorrida em 2015, a insuficiência alimentar grave, que é a ocorrência da fome, aumentou 8% ao ano. Com a chegada da crise mais recente, houve um aumento de 27,6% entre os anos de 2018 e 2020. Os dados referentes aos anos de 2021 e 2022 evidenciam que a fome tem cor e gênero: com relação à segurança alimentar, 53,2% dos lares em que a pessoa de referência é branca possui acesso regular a alimentos de qualidade, número muito superior aos 35% dos lares chefiados por pessoas pretas ou pardas, ou seja, cerca de 65% dessas famílias convivem com algum tipo de insegurança alimentar. Já em domicílios em que a mulher é a referência, a insegurança alimentar grave passou de 11,1% em 2020 para 19,3% em 2022, o que confirma mais uma consequência grave das reações em cadeia ocasionadas pelas desigualdades nas perdas de postos de trabalho neste período.

Estudos feitos pela PNAD Contínua (2024) afirmam que em 2023 a fome atingiu seu menor patamar em 5 anos, com cerca de 27,6% dos lares possuindo algum tipo de insegurança alimentar. Dessa parcela, cerca de 4,1% se encontravam no nível mais grave. Mesmo com a melhora, as diferenças de gênero permanecem, dado que entre os que se encontram em insegurança alimentar, 59,4% dos lares são chefiados por mulheres, frente 40,6% dos homens; já quando o fator cor é considerado, cerca de 69,7% dos lares que possuem pretos ou pardos como referência possuem algum tipo de insegurança alimentar, número muito superior aos 29% que possuem um branco como chefe do lar. Quanto à mortalidade, segundo o PNUD (2021), entre os pacientes internados com casos confirmados considerando sua cor/raça, a letalidade foi de 56% entre os brancos e de 79% entre os não brancos.

No dia 05 de maio de 2023 a OMS decretou o fim da emergência em saúde decorrente do vírus *SARS-CoV-2*, mas a economia brasileira dava indícios de recuperação já no ano de 2022, devido principalmente ao avanço da vacinação e à flexibilização das medidas de restrição

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

social. O PIB do Brasil cresceu 2,9% em 2022, mantendo a estabilidade de crescimento em 2023. O aquecimento da economia reflete diretamente no mercado de trabalho, evidenciado na taxa de desocupação em 9,6% em 2022, uma redução de 4,4% em relação a 2021. Em 2023 o desemprego continuou em queda, fechando o ano em 7,8% (IBGE, 2024). Considerando um recorte de gênero e raça, as menores taxas de desocupação de 2022 se deram no quarto trimestre, resultando em 5,2% para homens brancos, 7,39% para homens pretos, 7,32% para mulheres brancas e 11,99% para mulheres pretas. Sob o mesmo intervalo trimestral no ano de 2023, as taxas foram de 4,99% para homens brancos, 6,82% para homens pretos, 6,92% para mulheres brancas e 11,07% para mulheres pretas. Para os dados mais recentes da PNAD Contínua, no segundo trimestre de 2024, as taxas foram de 4,6% para homens brancos, 6,35% para homens pretos, 6,61% para mulheres brancas e 10,13% para mulheres pretas.

Entre a população fora da força de trabalho, no quarto trimestre de 2023, 64,6% eram compostas por mulheres. Quanto ao trabalho informal, houve uma redução da proporção de ocupados com inserção informal entre o quarto trimestre de 2022 e o quarto trimestre de 2023, sinalizando o aumento da formalização do trabalho, juntamente com a melhora do mercado. Segundo a PNAD Contínua (2024), no intervalo mencionado, a informalidade das mulheres pretas passou de 42,2% para 41%, das mulheres brancas passou de 32,2% para 30,8%, dos homens pretos passou de 44,6% para 43,2% e dos homens brancos passou de 33,6% para 32,5%. Os números mostram, ao examinar o estrato social de forma individual, os efeitos positivos do fim da pandemia, porém, usando o critério comparativo, é nítido como o histórico de desigualdades reflete de forma heterogênea na sociedade e os fatores gênero e raça continuam preponderantes para as oportunidades no mercado de trabalho.

De acordo com o rendimento habitual médio do trabalhador brasileiro, é possível enxergar o desfavorecimento ocorrido quando o fator raça é usado como comparativo. No quarto trimestre de 2022, para a população branca, foram registrados rendimentos de R\$ 4.055,94 para homens brancos e R\$ 3.040,53 para mulheres brancas, já para a população preta foram de R\$2.395,81 para homens pretos e R\$1.877,59 para mulheres pretas. No quarto

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

trimestre de 2023, os rendimentos foram de R\$4.229,79 para homens brancos, R\$3.246,5 para mulheres brancas, R\$2.466,76 para homens pretos e R\$1.957,36 para mulheres pretas. Apesar do crescimento da renda de todos os estratos sociais, as duas parcelas da população com maiores rendimentos, homens brancos e mulheres brancas, foram também as que tiveram as maiores variações positivas de renda no intervalo mencionado. Além disso, nota-se que as mulheres pretas não só são o estrato social mais afetado pela desocupação, como também possuem a menor renda entre a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de possuir traços semelhantes em relação à última crise econômica, a pandemia do novo Coronavírus trouxe uma série de novas nuances a respeito do comportamento da sociedade e do mercado de trabalho. A estrutura do mercado de trabalho brasileiro promove a disparidade do impacto exercido pela pandemia devido a forma como a organização social é inserida nesse meio. Uma prova disso é que os setores mais atingidos nesse período, como o de serviços e o informal, concentram boa parte da mão de obra feminina. Quando consideramos a análise conjunta dos dados, podemos inferir que a falta de acesso aos postos de melhor remuneração e a ocupação com atividades mais precárias, principalmente as informais, têm impacto sobre a capacidade de poupar e de se defender sob a seguridade social em um momento de crise. Isso é um fator ainda mais importante quando analisamos a vulnerabilidade em meio a uma crise sanitária, onde buscar sustento era colocar vidas em risco.

Homens e mulheres pretos e pardos são os que menos recebem e integram o maior percentual de pobreza, o dobro do percentual das pessoas brancas, tendo menos possibilidade de guardar algum recurso, ou seja, formar poupança. Além disso, são as pessoas que têm o maior percentual de informalidade, estando descobertas por seguro desemprego ou direitos previdenciários. As mulheres pretas são o quantitativo de pessoas que menos têm acesso ao trabalho formal, partindo de um contexto de vulnerabilidade ainda maior. Houve, também, um

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

aumento da informalidade entre as mulheres, com impacto importante entre as empregadas domésticas, o que também atinge fortemente as mulheres pretas. Mais um dado que ajuda a perceber a vulnerabilidade econômica do estrato segmentado por raça é que mais da metade dos trabalhadores em condição de desalento são pretos ou pardos.

Outra condição de vulnerabilidade social foi a redução da segurança física entre as mulheres, visto o aumento dos casos de violência doméstica. Quando estratificado esse grupo por raça, percebe-se que o número de casos de feminicídio entre as mulheres pretas foi o dobro do que aqueles que ocorreram com as mulheres brancas, o que denota maior vulnerabilidade entre as primeiras. Quanto à letalidade gerada pelo vírus da COVID-19, o índice entre os não-brancos é 20% maior do que entre os brancos, dado que reflete uma vulnerabilidade socioeconômica da população preta que não os permitiu um melhor resguardo.

Sobre a condição de chefe do lar, o acesso à alimentação representa uma privação extrema, sendo um fator importante na demonstração da gravidade da condição das pessoas mais vulneráveis. Entre 2018 e 2020 o número de pessoas passando fome no Brasil dobrou. Em lares chefiados por mulheres, o percentual de insegurança alimentar é quase 20% maior do que entre os lares que têm como referência um homem. Além disso, a vulnerabilidade é intensificada quando o fator raça/cor é considerado: onde há insegurança alimentar, esta está em praticamente 70% dos lares chefiados por pretos e pardos.

Há, portanto, uma evidente dívida social com as mulheres, especialmente e urgentemente com as mulheres pretas, além dos homens pretos, visto as consequências ainda mais danosas em períodos de crise quando o fator raça é analisado. Se durante um choque as pessoas mais vulneráveis são aquelas que têm sua condição mais agravada, dada as condições postas anteriormente, também se verifica que a condição de vulnerabilidade tem impacto sobre a recuperação no pós-choque.

Através dos argumentos expostos é necessário, então, priorizar programas e políticas focadas não só nos momentos de crise, mas diante do agravamento do quadro econômico-social desses estratos populacionais, isso se torna ainda mais latente. Quando se consideram as

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

trabalhadoras pretas, essa dupla discriminação, gênero e raça, faz desse o grupo mais vulnerabilizado perante uma crise econômica, social e sanitária. Este trabalho pode, portanto, ser útil na análise do cenário do mercado de trabalho brasileiro, além de servir como incentivo para um olhar mais atento na formulação de políticas públicas voltadas para a equidade de oportunidades, a fim de estimular o crescimento do desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, v. 58, n. 4, out-dez. 2006.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação**. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CHAMBERS, R. **Vulnerability, coping and policy**. In: *IDS Bulletin*, v. 20, n. 2, p. 1-7, abr. 1989.

COSTA, Ana Monteiro; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya; KUHN, Igor. Operacionalização da Abordagem das Capacitações: uma proposta de análise seniana para o convívio com a seca. In: GLASENAPP, Sirlei; MARIN, Solange Regina (org.). **Ensaio sobre o pensamento de Amartya Kumar Sen: contribuições teóricas e aplicadas à Economia**. Santa Maria: Editora UFSM, 2018.

COSTA, Ana Monteiro. **Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações**. 2006. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil**. Campinas, n. 383, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD383.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

DIEESE. **Mulheres 2024: boletim especial**. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024/index.html?page=13>. Acesso em: 07 set. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. **Revista Anhembi**, São Paulo, v. 10, n. 30, p. 433-490, maio 1953.

FERNANDES, Florestan. **O mito da democracia racial: a integração do negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório: visível e invisível**. 3. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2019.

GUEDES, Terezinha Aparecida; MARTINS, Ana Beatriz Tozzo; ACORSI, Clédina Regina Lonardan; JANEIRO, Vanderly. **Projeto de ensino: aprender fazendo estatística**. Instituto de Matemática da Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et al_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso: 16 jul. 2024.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Entrevista com Carlos Hasenbalg**. p. 259-268, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/6bt58WnTqww3pb6g4jXRwrP/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 10 nov. 2021

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em dezembro, taxa de desocupação fica em 4,3% e fecha 2014 com média de 4,8%**. Agência de Notícias do IBGE, 2015. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15432-em-dezembro-taxa-de-desocupacao-fica-em-4-3-e-fecha-2014-com-media-de-4-8>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.p. Acesso em: 29 nov. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 1º trimestre de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informativo: características e dados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2020, primeiro ano da pandemia, PIB recua em 24 das 27 UFs**. Agência de Notícias IBGE, 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35501-em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-pib-recua-em-24-das-27-uks#:~:text=Em%202020%2C%20o%20Produto%20Interno,Roraima%20\(0%2C1%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35501-em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-pib-recua-em-24-das-27-uks#:~:text=Em%202020%2C%20o%20Produto%20Interno,Roraima%20(0%2C1%25).). Acesso em: 25 ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 02 set. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de desocupação cai a 7,8% em 2023, menor patamar desde 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39022-taxa-de-desocupacao-cai-a-7-8-em-2023-menor-patamar-desde-2014>. Acesso em: 03 set. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

MARTINS, José Ricardo. Os Intérpretes do Brasil: pensamento sociopolítico lastreado no fluxo de ideias, narrativas e realidades na busca de uma identidade nacional brasileira. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, p. 307-336, jan. 2017.

MATTEI, Lauro. Emprego e desemprego em tempos de crise econômica e de reforma trabalhista. **Revista NECAT**, Santa Catarina, ano 7, n. 13. jan-jun. 2018. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **COVID-19 e desenvolvimento sustentável: avaliando a crise de olho na recuperação**. Brasília: PNUD, 2021. Disponível em: [SUMÁRIO EXECUTIVO0907.indd](#). Acesso em: 01 out. 2021.

SHAFFER, Paul. **New thinking on poverty: implications for poverty reduction strategies**. Trabalho preparado para The United Nations Department for Economic and Social Affairs (UNDESA) Expert Group Meeting on Globalisation and Rural Poverty, 2001. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

VIGISAN. **Relatório II: vigilância da segurança alimentar e nutricional**. 2022. Brasília: 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.